
Consulta Pública

Plano de Recuperação e Resiliência

Parecer ao Documento

25 de fevereiro de 2021





Consulta Pública
Plano de Recuperação e Resiliência
Parecer ao Documento



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Este Parecer resultou de uma análise que a AEP fez ao documento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em consulta pública e integra, também, a auscultação que realizou junto dos seus Associados.

As prioridades do PRR devem ter o foco no apoio à iniciativa privada. Não é possível ao País assegurar uma resposta social robusta e duradoura se não apoiar a criação de riqueza e de emprego, o mesmo é dizer, se não apoiar as empresas.

O PRR deve fazer jus ao nome e apostar sobretudo na recuperação das empresas e na sua resiliência, para se manterem no mercado. Os principais problemas de resiliência estão nas empresas privadas e não no Estado, que por definição não tem esse risco de insolvência, estando o emprego público muito mais “abrigado” de situações de desemprego.

As escolhas concretas para responder às três prioridades estão muito aquém do que o País e a economia real precisam e envolvem um forte desequilíbrio nos seus destinatários, a favor do setor público e em detrimento do setor privado. Estimamos que apenas um terço do total de subvenções é alocado às empresas, o que é manifestamente insuficiente e, mesmo assim, trata-se de um peso sobrestimado.

Reconheço que há áreas de investimento público que devem ser reforçadas, claramente no SNS, mas também nos serviços de maior relacionamento com as empresas, que permitam reduzir custos de contexto muito penalizadores da competitividade da economia.

Mas, volto a enfatizar que só podemos distribuir riqueza se a criarmos.

Estas são as propostas da AEP, com vista a recuperar e crescer de forma robusta, acima dos nossos principais concorrentes diretos, vários dos quais nos têm vindo a ultrapassar em termos de PIB *per capita* em paridade de poderes de compra. Este deve ser o objetivo do PRR e não o da convergência com a média europeia, enunciado no documento, que é naturalmente pouco ambicioso.

Nas propostas que se seguem, a propósito do tema da reindustrialização, que faz parte das dimensões do PRR, não posso deixar de lembrar que neste âmbito a AEP elaborou no ano passado o Programa Estratégico para a Valorização da Indústria Portuguesa – Portugal Industrial PT i5.0 - e que teve a oportunidade de fazer chegar ao Governo, ao qual deverá ser alocado verbas não só deste PRR mas também as verbas por executar do Portugal 2020 e do novo Quadro Financeiro Plurianual.

Recordamos toda a disponibilidade por parte do Governo, em especial do Senhor Ministro da Economia e da Transição Digital, para apoiar uma estratégia de valorização da Indústria, pelo que aguardamos com a mais elevada expectativa a melhor atenção no estímulo e apoio a este importante desígnio para o País.

Luís Miguel Ribeiro
Presidente

1. Apreciações gerais e objetivos

O PRR na versão de 15 de fevereiro de 2021 (PRR), alvo da presente consulta pública, envolve cerca de **13,9 mil M€ em financiamento a fundo perdido** repartido em 3 grandes áreas/prioridades: 61% para a **Resiliência**; 21% para a **Transição Climática**; 18% para a **Transição Digital**.

O Plano inclui ainda cerca de **2,7 mil milhões de euros em empréstimos** (ainda a confirmar), **dos quais 1,25 mil milhões de euros destinados à capitalização** e resiliência financeira das empresas, via **Banco Português de Fomento**.

A AEP subscreve as três grandes prioridades, que resultam das orientações gerais da UE (incluindo as transições digital e climática) e das recomendações específicas do Semestre Europeu para Portugal, refletidas a nível nacional na Estratégia Portugal 2030 (RCM 98/2020 de 13/11). Contudo, como é referido mais abaixo no Ponto 2 deste Parecer, **as escolhas concretas para responder às três prioridades estão muito aquém do que o País e a economia real precisam e envolvem um forte desequilíbrio nos seus destinatários, a favor do setor público e em detrimento do setor privado.**

No **Inquérito que a AEP** realizou junto dos seus Associados, a esmagadora maioria das empresas considera que a **estruturação do PRR nas dimensões, componentes e dotações não se afigura adequada aos atuais desafios quer da empresa** (93% das empresas) **quer do País** (78% das empresas).

Começamos por avaliar o **grau de ambição do PRR**. Na página 14 do PRR é referido que *“o objetivo é promover o desenvolvimento harmonioso do território nacional, assegurando que todas as regiões NUTS II convergem em PIB per capita com a média europeia”*, o que significa necessariamente que é também **objetivo mais geral do PRR o País convergir para o PIB per capita da UE, o que consideramos pouco ambicioso**.

A AEP considera que **o principal objetivo devia ser recuperar e crescer de forma robusta, acima dos nossos principais concorrentes diretos**, com destaque para os

Países de Leste, vários dos quais nos têm vindo a ultrapassar em termos de PIB *per capita* em paridade de poderes de compra (a variável relevante para avaliar a convergência real, por permitir comparar o nível de vida entre os países), receando-se que tal continue a suceder num futuro próximo. **Mas tal implica melhores opções de política pública, nomeadamente no PRR, em linha com o preconizado ao longo desta análise.**

Já em 2019 a AEP sublinhava no seu documento [Estratégia para o Crescimento – Desígnios e linhas de ação](#) (pág. 7) que, na primeira década deste milénio, Portugal foi “*ultrapassado por uma parte significativa dos países do Leste europeu que, entretanto, aderiram ao espaço económico europeu e que têm investido de forma mais expressiva*”.

Conforme referido nesse documento (página 8 e seguintes), reiteramos que “**Portugal deve crescer mais, mas também melhor, no sentido da sustentabilidade** desse crescimento. Para tal, o crescimento económico deverá reforçar as seguintes características”, que consideramos desígnios:

- “**Ser um crescimento assente em acréscimos de produtividade**”, o que pressupõe um aumento do nível médio de qualificação e do peso do investimento no PIB, “**em particular do investimento privado, salvaguardando o necessário investimento público reprodutivo alavancador do investimento privado**”, nomeadamente no que tem a ver com as infraestruturas de suporte à internacionalização da economia (Ferrovia, Portos, Aeroportos e Plataformas Logísticas). “*Dentro do investimento, merece também destaque a componente da inovação – que é crucial para o aumento sustentável da produtividade e da competitividade*”, sendo ainda crucial a **criação de condições de atração de investimento direto estrangeiro estruturante**, promotor de uma maior inovação e produtividade. O aumento da produtividade deverá ainda “*assentar no crescimento dimensional das empresas, quer pela via orgânica quer pela cooperação – com o apoio das Associações Empresariais, pela proximidade às empresas e aos seus proprietários e gestores –, promovendo escala suficiente para uma maior inserção no comércio mundial*”;

- “**Ser um crescimento alicerçado no aumento da intensidade exportadora líquida**”, o que passa por “*incentivar um aumento mais forte da intensidade exportadora*” – que teve uma forte diminuição em 2020, no contexto da pandemia, para níveis de uma década atrás – e “*estimular a substituição de conteúdos importados por incorporação*”

nacional não só nas exportações, mas também nas componentes de despesa interna (consumo e investimento)". "Este indicador sintetiza, assim, o contributo do setor de bens e serviços transacionáveis internacionalmente para o crescimento sustentável da economia (...) na resposta aos mercados externos" ("aumento das exportações de produtos de alto valor acrescentado e forte incorporação nacional") e "ao mercado doméstico" ("substituição competitiva de importações"). "Tudo isto contribui para o aumento do PIB e para a melhoria do saldo externo, onde o principal problema é o défice estrutural da balança de bens, na origem dos défices externos elevados que conduziram Portugal aos três pedidos de ajuda externa". O défice da balança de bens atenuou-se temporariamente com a conjuntura criada pela pandemia, devido à forte redução das importações (nomeadamente de produtos energéticos), superior à das exportações. Contudo, com a pandemia surgiu outro problema, a forte redução do excedente da rubrica de serviços, com origem sobretudo nas exportações de viagens e turismo, muito afetadas pelas restrições à mobilidade internacional, só se antevendo uma melhoria da situação quando estas restrições começarem a ser levantadas;

- "**Ser um crescimento com maior Valor Acrescentado Nacional (VAN)**", que "aproveite e valorize os recursos endógenos e as especificidades da base produtiva dos diferentes territórios, com acréscimo de sustentabilidade a nível de coesão e ambiente. O aumento do VAN é, simultaneamente, potenciador de crescimento económico e equilíbrio externo";

- "**Ser um crescimento que reforce a circularidade e a eficiência na utilização de recursos**", "potenciando os recursos endógenos e contribuindo para o objetivo de neutralidade carbónica em 2050";

- "**Ser um crescimento inclusivo**", "com benefícios para o maior número de pessoas possível, significando que deve abarcar todo o território, embora com maior intensidade nas regiões mais pobres, numa lógica de promover a **coesão territorial**" e "**reduzir a desigualdade na distribuição de rendimentos**".

No entanto, a AEP volta a enfatizar que só podemos distribuir riqueza se a criarmos, pelo que deve ser relevado o foco no importante papel das empresas, que são a principal fonte de geração de riqueza e criação e emprego. Só com a criação de

condições favoráveis à atuação do tecido empresarial, vertidos nos vários desígnios, será possível aumentar o «bolo» a distribuir”.

Finalmente, fazemos notar a ausência no Documento do PRR do impacto macroeconómico do PRR, que é uma peça essencial.

2. O foco do PRR que a AEP defende

O PRR deve fazer jus ao nome e apostar sobretudo na recuperação das empresas e na sua resiliência, para se manterem no mercado. Com efeito, **os principais problemas de resiliência estão nas empresas privadas** – muitas em risco de insolvência, devido ao encerramento prolongado por determinação legal ou à forte quebra da carteira de encomendas das que permanecem em laboração, levando ao desemprego – **e não no Estado, que por definição não tem esse risco de insolvência, estando o emprego público muito mais “abrigado” de situações de desemprego.**

Reconhecemos que há áreas de investimento público que devem ser reforçadas, claramente no SNS, mas também nos serviços de maior relacionamento com as empresas – como a Justiça económica, Fiscalidade, licenciamento, etc. –, **contribuindo para reduzir os custos de contexto** que penalizam a competitividade da economia e o bem-estar individual e coletivo. Nesta altura, destacamos, em particular, a urgência de digitalização e desburocratização do Estado para agilizar o acesso aos apoios de emergência no contexto da pandemia, bem como aos fundos do PRR e os do próximo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 (Portugal 2030), sem esquecer as verbas ainda significativas que faltam executar do atual Portugal 2020.

O foco nas empresas requer, no atual contexto de crise económica e social a que o Plano visa responder, **que o PRR preveja, na sua componente Resiliência**, apoios para aumentar a resiliência das empresas a curto, médio e longo prazo:

- ❖ **No imediato, realçamos a necessidade de ajudas diretas às empresas em termos de capital e liquidez, em particular as mais afetadas, para que consigam resistir e ajudar à recuperação da economia;**

- ❖ **Programa cofinanciado a fundo perdido para aumentar a resiliência global da economia nacional através da Reindustrialização da economia** numa aceção alargada, direcionada à indústria e aos serviços a ela ligados, com vista ao reforço da produção nacional e a substituição competitiva de importações, permitindo um grau de autonomia maior que não deixe o País tão dependente de cadeias de produção internacionais críticas que falharam nesta pandemia. Trata-se de uma estratégia alcançável a médio e longo prazo, mas tem de começar já na fase de recuperação.

É bom lembrar que **Portugal é dos países da Área Euro que menos apoiou a economia em 2020, segundo um [estudo](#) do BCE** incorporado no seu mais recente Boletim Económico. **O estímulo orçamental de Portugal no ano passado foi o 3.º mais baixo entre os 19 países do euro** – a refletir em parte as posições orçamentais iniciais –, considerando as medidas discricionárias (i.e., além dos estabilizadores automáticos) previstas até outubro e reportadas à Comissão Europeia. Além do estímulo orçamental – o instrumento mais efetivo para apoiar a economia neste contexto, segundo o BCE –, sem precedentes noutras crises, foram adotadas medidas de liquidez, em particular **garantias de Estado**, onde Portugal aparece com o 9.º maior valor da zona euro, notando-se assim um **maior recurso a este instrumento do que ao estímulo orçamental face aos demais países.**

De realçar, ainda, segundo informação divulgada na imprensa sobre a **análise da UTAO** (Unidade Técnica de Apoio Orçamental da Assembleia da República) à **execução orçamental em 2020** na ótica da contabilidade pública, que **o Governo gastou quase tanto no resgate à TAP como nas principais medidas de apoio ao emprego:**

“A despesa direta das Administrações Públicas com as «quatro medidas Covid-19 mais avultadas de apoio ao emprego e manutenção da laboração no mesmo período ascendeu a 1,5 mil milhões de euros», sendo por isso «comparável, em termos de ordem de grandeza, aos recursos públicos comprometidos» no financiamento à TAP, nota a UTAO”.

Da análise acima decorrem, assim, vários argumentos para que o principal foco do PRR, em termos de alocação de verbas, deva ser a recuperação e resiliência das empresas, em particular das mais frágeis. Contudo, o que se verifica é precisamente o oposto, sendo o principal foco do PRR o Estado.

Tendo por base uma análise detalhada às mais de 140 páginas do documento do PRR, **a AEP estima que apenas cerca de um terço do total de subvenções seja alocado às empresas e, mesmo assim, trata-se de um peso sobrestimado, pois algumas rubricas (como a C6 abaixo) incluem uma parte significativa para o setor público.**

Aliás, cálculos do Governo apontam para uma proporção inferior do total de subvenções a alocar diretamente às empresas. Com efeito, segundo uma [apresentação](#) recente do Primeiro-ministro, o total de verbas destinadas diretamente às empresas ascende a 4,6 mil M€, sendo que, neste valor, 1,25 mil M€ se refere à modalidade de empréstimos (capitalização via Banco de Fomento). Tal significa que, **de acordo com os cálculos do Governo, do total de 13,944 M€ de subvenções, apenas 24% são alocadas diretamente às empresas, o que é manifestamente insuficiente.**

O PRR proposto afigura-se mesmo como um Plano para que Portugal realize um conjunto de investimentos públicos que não foram feitos na última década, aproveitando esta oportunidade para tal, mais alguns na área social tendo em conta o novo contexto da pandemia.

Convém desmistificar o argumento do Governo de que, no limite, os investimentos focados no setor público também mobilizam atividade do setor privado nacional, em termos de compras públicas. Na verdade, uma grande parte dessas compras públicas, quer nas obras públicas quer nos fornecimentos de bens e serviços do Estado, acabam por beneficiar empresas estrangeiras. Isso acontece porque, em Portugal, não há discriminação positiva das empresas nacionais nas compras públicas, ao nível das condições e critérios dos concursos, como sucede em muitos países da UE, como por exemplo na nossa vizinha Espanha.

É importante que o Estado português adote também essa discriminação positiva das empresas nacionais, que têm capacidade de executar e com qualidade, numa fase em que se antevê uma expansão das compras públicas, para que possam participar.

Por outro lado, mesmo que alguma atividade privada nacional seja movimentada por investimento público, lembramos que o PRR é um plano de emergência económica e social para atender de forma direta (não indireta) às situações mais prementes – é este o espírito do acordo europeu na base do PRR –, sendo que, se muitas empresas forem à insolvência por não serem “socorridas” neste PRR, a situação agrava-se a nível económico, mas também social, não apenas por via do desemprego, mas porque o próprio Estado terá menos receitas fiscais e contributivas para suportar o Estado Social.

Na **tabela** seguinte, elaborada pela AEP, foram assinalados a fundo verde os investimentos que consideramos beneficiarem de forma mais direta as empresas.

Plano de Recuperação e Resiliência

Subvenções (financiamento a fundo perdido)

Dimensões e respetivas componentes	M€	Peso
RESILIÊNCIA	8 543	61%
C1 - SNS	1 383	
C2 - Habitação	1 633	
C3 - Respostas Sociais	583	
C4 - Eliminação bolsas pobreza Áreas Metropolitanas	250	
C5 - Investimento e Inovação	1 396	
- Agendas/ Alianças mobilizadoras de Reindustrialização	558	
- Agendas/ Alianças Verdes para a Reindustrialização	372	
- Missão Interface - renovação da rede de suporte científico e tecnológico e orientação para o tecido produtivo	186	
- Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria [Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30	93	
- Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores"	32	
- Recapitalizar o Sistema Empresarial dos Açores	125	
- Relançamento Económico da Agricultura Açoriana	30	
C6 - Qualificações e competências	1 359	
-Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional	710	
-Agenda de promoção do trabalho digno	230	
-Incentivo Adultos	250	
-Impulso Jovem STEAM	140	
-Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida – Açores	29	
C7 - Infraestruturas	833	
C8 - Florestas	665	
C9 - Gestão hídrica	441	
TRANSIÇÃO CLIMÁTICA	2 888	21%
C10 - Mobilidade sustentável	1 032	
C11 - Descarbonização da indústria	715	
C12 - Bioeconomia sustentável	150	
C13 - Eficiência energética em edifícios	620	
C14 - Hidrogénio e renováveis	371	
TRANSIÇÃO DIGITAL	2 513	18%
C15 - Escola digital	559	
C16 - Empresas 4.0	650	
-Capacitação Digital das Empresas	150	
-Transição Digital das Empresas	400	
-Catalisação da Transição Digital das Empresas	100	
C17 - Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas	406	
C18 - Justiça económica e Ambiente de Negócios	267	
C19 - Adm. Púb. - Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança	631	
Total de subvenções (financiamento a fundo perdido) do PRR	13 944	100%

Fonte: AEP, com base no documento Plano de Recuperação e Resiliência, versão de 15-02-21.

Rejeitamos ainda liminarmente a posição atual do Governo de que o PRR é sobretudo uma “bazuca” para o Estado porque supostamente não há tempo para receber, analisar e executar projetos do setor privado nesta janela temporal – basta olhar para o baixo grau de execução dos investimentos públicos para se perceber que o argumento não é válido –, restando como exercício de fé que os apoios às empresas virão no próximo Portugal 2030. **Em anteriores quadros financeiros plurianuais verificou-se um grande alocação de verbas no Estado – muitas vezes financiando despesa corrente misturada com investimento** –, pelo que não há muita capacidade para acreditar que agora será diferente. Além disso, reiteramos que uma boa parte da ajuda terá de ser direta a fundo perdido para contrariar a descapitalização e risco de insolvência das empresas, pois muitas delas não poderão estar à espera que a pesada máquina burocrática do Estado aprove os seus projetos para que possam sobreviver. Já em maio do ano passado, quando nos pronunciamos sobre o Plano Costa e Silva que deu origem a este PRR, a AEP tinha salientado que a melhor forma de aumentar a competitividade e a área social de modo sustentado é apoiar as empresas, onde se cria a riqueza.

Acresce que não apenas o foco do PRR é o Estado, como há sérias dúvidas sobre se algumas das reformas do PPR previstas para a Administração Pública não implicarão acréscimo de despesa corrente no futuro.

3. Medidas específicas que a AEP propõe para o PRR

- CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS: APOIOS IMEDIATOS E DIRETOS À LIQUIDEZ, A FUNDO PERDIDO, PARA EMPRESAS VIÁVEIS, MAS EM DIFICULDADES

De notar que no PRR está prevista uma componente dedicada ao Banco de Fomento para capitalização e resiliência financeira das empresas, mas o seu montante (1250 M€) é muito limitado no conjunto do PRR – apenas 7,5% do total previsto de subvenções e empréstimos (16,6 mil M€) – e trata-se de uma componente de empréstimo, o que logo

à partida condiciona o tipo de apoio possível se a lógica pretendida é de capitalização, que de facto é a mais urgente, como já referido.

Porque a pandemia lhes vedou o mercado, as empresas não têm liquidez e estão muito endividadas. **Neste momento, as empresas precisam fundamentalmente de liquidez imediata, que deve ser canalizada preferencialmente através da modalidade de financiamento a fundo perdido e não de mais empréstimos**, até porque muitas têm moratórias de crédito que irão terminar em setembro, se não houver um novo prolongamento das mesmas, que é desejável e cada vez mais incontornável.

No caso da componente de financiamento, desejavelmente deve estar prevista a conversão total em subsídio a fundo perdido, sem imposição de requisitos rígidos que dificilmente as empresas podem assegurar.

- APOIOS A FUNDO PERDIDO PARA MANUTENÇÃO DE EMPREGO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS ÀS REAIS E ATUAIS NECESSIDADES DAS EMPRESAS

Muitas empresas neste momento não podem aceder ao regime atual de layoff simplificado apesar de terem quebras de faturação elevadas. **O atual regime de layoff simplificado devia ser aplicado de forma geral, em função das perdas, e não apenas às empresas com obrigação de encerramento por determinação legal**, sob pena de aumentar gravemente o risco de insolvências e de desemprego daí resultante para as muitas empresas que ficam fora dos apoios.

- REINDUSTRIALIZAÇÃO DA ECONOMIA – CLARA APOSTA NA INDÚSTRIA (E SERVIÇOS CONEXOS)

O tema da reindustrialização faz parte das dimensões do PRR. Neste âmbito, a AEP realça o Programa que elaborou - [Programa Estratégico para a Valorização da Indústria Portuguesa – Portugal Industrial PT i5.0](#) - e que teve a oportunidade de fazer chegar ao Governo, ao qual deverá ser alocado verbas não só do PRR mas também as verbas por executar do Portugal 2020 e do novo Quadro Financeiro Plurianual.

Conforme o próprio documento PRR reconhece (na página 60), *“a indústria foi perdendo relevância, tendo o movimento de desindustrialização sido particularmente sentido em*

Portugal". Entre 1995 e 2019, o peso da indústria transformadora no PIB reduziu-se em quase 5 pontos percentuais.

Esse programa de reindustrialização proposto pela AEP inclui diversos apoios à competitividade e internacionalização das empresas, para que possamos voltar a ser competitivos e exportar mais e com maior incorporação tecnológica e valor acrescentado, o que é essencial para retomar uma estratégia de crescimento sustentado.

A este nível, hoje a marca Portugal é já reconhecida internacionalmente, mas temos de continuar a investir nela para gerar um maior impacto neste fator imaterial de competitividade, com enormes benefícios para o País. Trata-se de promover, sobretudo, a qualidade e valor acrescentado dos produtos e serviços nacionais.

- QUALIFICAÇÕES

A componente dirigida para a requalificação tem uma dotação total interessante, contudo a mesma não se encontra destinada maioritariamente para as reais necessidades das empresas, para a (re)qualificação dos seus trabalhadores, atuais e futuros.

Pelo contrário, o foco dos investimentos está, mais uma vez, em infraestruturas dos próprios estabelecimentos de ensino e formação e não tanto para formação com vista à aquisição de competências por parte dos quadros das empresas, imprescindível para responder aos desafios das transições digital e climática e, em particular, aos da reindustrialização e intensificação tecnológica da base produtiva.

- APROVEITAR DA FORMA MAIS EFICIENTE OS INVESTIMENTOS PREVISTOS NA DIGITALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MODO A OPERAR UMA VERDADEIRA REFORMA DO ESTADO, DESBUROCRATIZAR E PRESTAR SERVIÇOS MELHORES, MAIS RÁPIDOS E A MENOR CUSTO ÀS EMPRESAS E CIDADÃOS

Sugere-se, para tal, a **criação de lojas públicas digitais para empresas e cidadãos, como pontos de acesso a um conjunto alargado de serviços (desejavelmente todos os possíveis), a um preço bastante inferior ao das lojas físicas, de modo a repassar para as**

empresas e para os cidadãos a poupança de recursos com a digitalização – até porque parte do serviço (inserção de dados) é feito pelos próprios.

Em paralelo, promover de forma efetiva a não inserção de dados de empresas e cidadãos já ao dispor do Estado, obrigando a uma efetiva comunicação e organização interna entre os diversos serviços públicos. **As poupanças alcançadas em termos de recursos humanos e físicos deverão servir para alocar a áreas com necessidade efetiva e reduzir a carga fiscal sobre as empresas e cidadãos.** Os serviços digitais deverão incorporar um sistema expedito de avaliação da prestação e reclamação com atendimento rápido, de modo a permitir melhorias em tempo real do sistema e a monitorização do desempenho com repercussão ao nível do sistema de prémios e remuneração.

Dada a urgência na agilização dos apoios às empresas, como acima referido, este exercício de digitalização e desburocratização da Administração Pública deverá começar por aí, prosseguindo depois nos outros serviços às empresas bem como aos cidadãos.

- COMPRAS PÚBLICAS: PRIVILEGIAR A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS A EMPRESAS NACIONAIS E INSTALADAS EM TERRITÓRIO NACIONAL

Tendo em conta o avultado afluxo de fundos comunitários (PT2020 + PRR + QFP 2021-2027), os resultados do Inquérito realizado pela AEP aos seus Associados mostram de forma muito clara a enorme importância de um forte envolvimento de empresas nacionais privadas, ou instaladas em território nacional, na execução do investimento público, pelo impacto positivo imediato e a médio e longo prazos na economia portuguesa.

O Setor Público deve privilegiar a sua aquisição de bens e serviços a empresas nacionais, contribuindo para a sobrevivência das empresas e a manutenção de emprego. Outros países já o fazem. É também uma forma de assegurar uma maior inclusão social. Reafirmamos que não pode haver redistribuição sem se criar previamente riqueza, de outro modo será um modelo económico e social condenado ao fracasso.

Tendo em conta as elevadas verbas alocadas ao setor público, se na concretização do investimento público este for adjudicado a empresas nacionais ou instaladas em território nacional estaremos perante uma estratégia eficaz para mitigar a forte queda de procura dirigida às empresas portuguesas nesta fase aguda da crise e para apoiar a economia nas fases seguintes de recuperação e crescimento, com amplos benefícios económicos e sociais.

E isto é possível fazer-se, designadamente, através da Contratação Pública. Por isso **a AEP propôs que na alteração ao Código dos Contratos Públicos estivesse subjacente a inclusão de critérios que privilegiassem o grau de incorporação nacional e a menor “pegada ambiental”** (de notar que um bem produzido em Portugal tem uma menor pegada ecológica, desde logo relacionada com o transporte). Esta será uma forma muito positiva para mitigar a forte queda de procura dirigida às empresas portuguesas nesta fase aguda da crise, contribuindo para evitar a insolvência das empresas e a redução de postos de trabalho, além de estar **em linha com objetivo de transição climática**.

- INFRAESTRUTURAS

Executar os investimentos previstos no PRR – essencialmente distribuídos em Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) e em transportes, sendo esta última apenas na vertente rodoviária. **Depreende-se que as restantes vertentes dos transportes terão de ser incluídas noutros mecanismos de apoio, designadamente o CEF – *Connecting Europe Facility* ou o QFP 2021-2027.**

No que respeita à rodovia, os investimentos do PRR somam um total de 663 M€. Quando comparados com os do PNI 2030 é possível verificar que a maioria dos projetos é coincidente, mas o valor deste último tem um total de 1150 M€ e contempla investimentos com participação privada, enquanto os valores do PRR se referem apenas a subvenções.

Atendendo a que muitos destes investimentos já se encontravam presentes no PETI 3+, apresentado em 2014, é da maior importância que estes projetos avancem definitivamente de modo a não condicionar ainda mais a coesão do território e a logística associada à atividade empresarial, já de si muito debilitada pela situação atual.

www.aeportugal.pt

